



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Demonstrações Contábeis da União

Balanço Patrimonial

Demonstração das Variações Patrimoniais

Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Demonstrações Contábeis da União

Balço Patrimonial

Demonstração das Variações Patrimoniais

Brasília
Terceiro trimestre de 2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilvan da Silva Dantas

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS DA UNIÃO

Francisco Wayne Moreira

COORDENADORA DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO

Bárbara Verônica Dias Mágero Viana

GERENTE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cecília Maria de Oliveira Guimarães

EQUIPE TÉCNICA

Daniela Monteiro Rodrigues de Lima

Felipe Quitete Curi

Ivete Oliveira da Silva Ramos

Lara Cristina Caixêta Machado de Lima

Leúde da Silva Amorim

Marcos Poubel de Castro

Paulo Machado

Sandro Alex Bezerra Vieira

Sumário

1. Demonstrativos Consolidados da União.....	7
1.1. Balanço Patrimonial.....	7
1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais	8
2. Notas Explicativas	9
2.1. Balanço Patrimonial.....	9
2.1.1 Ativo.....	9
2.1.1.1 Ativo Financeiro – Créditos em Circulação.....	9
2.1.1.2 Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Créditos em Circulação.....	9
2.1.1.3 Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Valores Pendentes a Curto Prazo	10
2.1.1.4 Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo	10
2.1.1.5 Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos.....	11
2.1.2 Passivo	12
2.1.2.1 Passivo Financeiro – Depósitos	12
2.1.2.2 Passivo Financeiro – Obrigações em Circulação.....	12
2.1.2.3 Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo.....	12
2.1.2.4 Passivo Não Financeiro – Obrigações em Circulação	12
2.1.2.5 Passivo Não Financeiro –Exigível a Longo Prazo	14
2.1.2.6 Patrimônio Líquido – Reservas	14
2.1.2.7 Patrimônio Líquido – Resultado do Período.....	15
2.1.2.8 Patrimônio Líquido – Ajuste de Exercícios Anteriores	15
2.2. Demonstração das Variações Patrimoniais	16
2.2.1 Variações Ativas.....	16
2.2.1.1 Receitas Correntes.....	16
2.2.1.2 Receitas de Capital – Operações de Crédito	16
2.2.1.3 Receitas de Capital – Alienação de Bens	18
2.2.1.4 Deduções da Receita	18
2.2.1.5 Interferências Ativas Orçamentárias e Extraorçamentárias	18
2.2.1.6 Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores.....	19
2.2.1.7 Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos	20
2.2.1.8 Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Obrigações	21

2.2.2 Variações Passivas	22
2.2.2.1 Despesas de Capital – Investimentos	22
2.2.2.2 Mutações Passivas – Desincorporações de Ativos	22
2.2.2.3 Mutações Passivas – Incorporações de Passivos	23
2.2.2.4 Decréscimos Patrimoniais – Desincorporações de Ativos, Incorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores	23
2.2.2.5 Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos	23
2.2.2.6 Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Obrigações	24

1. Demonstrativos Consolidados da União

1.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL							
							R\$ milhares
ATIVO				PASSIVO			
	Nota	30/09/11	31/12/10		Nota	30/09/11	31/12/10
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Disponível		480.085.660,66	461.741.153,82	Depósitos	2.1.2.1	27.849.291,22	18.056.027,72
Créditos em Circulação	2.1.1.1	76.913.409,96	87.609.543,25	Obrigações em Circulação	2.1.2.2	106.101.496,44	170.246.041,22
Valores Pendentes a Curto Prazo		-	-	Valores Pendentes a Curto Prazo	2.1.2.3	(16.913.522,20)	3.255.126,77
Ativo Financeiro a Longo Prazo		74.039,45	61.135,20	Passivo Financeiro a Longo Prazo		4.741,77	3.134,55
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		557.073.110,06	549.411.832,27	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO		117.042.007,23	191.560.330,26
ATIVO NÃO FINANCEIRO				PASSIVO NÃO FINANCEIRO			
Realizável a Curto Prazo				Obrigações em Circulação	2.1.2.4	735.561.803,28	584.681.971,25
Créditos em Circulação	2.1.1.2	473.847.013,09	362.679.136,30	Exigível a Longo Prazo	2.1.2.5	2.069.286.316,87	1.975.081.281,02
Bens e Valores em Circulação		19.708.408,47	18.257.660,32	Resultado de Exercícios Futuros		917.928,99	910.698,06
Valores Pendentes a Curto Prazo	2.1.1.3	29.836,57	27.408,48	TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO		2.805.766.049,14	2.560.673.950,33
Total do Realizável a Curto Prazo		493.585.258,13	380.964.205,09	PASSIVO REAL		2.922.808.056,37	2.752.234.280,59
Realizável a Longo Prazo				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		403.047,11	379.034,94	Patrimônio Social/Capital Social		582.168.488,63	581.761.189,03
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.1.1.4	2.149.256.719,78	1.911.667.896,50	Reservas	2.1.2.6	7.112.918,36	4.907.072,43
Total do Realizável a Longo Prazo		2.149.659.766,89	1.912.046.931,43	Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.748,72	1.748,72
Permanente				Ajustes do Patrimônio/Capital		(1.317,67)	-
Investimentos	2.1.1.5	272.827.681,63	229.984.393,57	Lucros ou Prejuízos Acumulados		(5.834.249,92)	(5.832.923,59)
Imobilizado		283.639.117,72	260.447.589,27	Resultado do Período	2.1.2.7	246.715.780,86	-
Intangível		371.002,07	190.105,29	Ajuste de Exercícios Anteriores	2.1.2.8	4.208.223,06	-
Diferido		23.711,90	26.310,25	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		834.371.592,04	580.837.086,59
Total do Permanente		556.861.513,33	490.648.398,38	PASSIVO COMPENSADO		1.087.209.679,18	986.002.221,26
TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO		3.200.106.538,35	2.783.659.534,91	TOTAL DO PASSIVO		4.844.389.327,59	4.319.073.588,44
ATIVO REAL		3.757.179.648,41	3.333.071.367,18				
ATIVO COMPENSADO		1.087.209.679,18	986.002.221,26				
TOTAL DO ATIVO		4.844.389.327,59	4.319.073.588,44				

1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS							
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
	Nota	30/9/2011	30/9/2010		Nota	30/9/2011	30/9/2010
ORÇAMENTÁRIAS				ORÇAMENTÁRIAS			
		1.874.005.218,87	1.712.142.409,10			1.688.824.329,44	1.587.663.255,08
RECEITAS CORRENTES	2.2.1.1			DESPESAS CORRENTES			
Receita Tributária		258.508.398,12	212.604.393,40	Pessoal e Encargos Sociais		131.607.116,57	119.849.625,55
Receita de Contribuições		393.978.043,05	335.260.757,86	Juros e Encargos da Dívida		107.701.223,31	104.571.283,98
Receita patrimonial		50.052.930,46	50.379.428,53	Outras Despesas Correntes		456.993.187,92	403.787.242,48
Receita agropecuária		16.741,26	15.021,14	Desp. Corr. entre Órgãos do OFSS		10.373.446,81	9.438.954,23
Receita industrial		450.153,03	381.969,82	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		706.674.974,61	637.647.106,23
Receita de serviços		36.954.747,72	32.188.864,64				
Outras Transferências Correntes		225.579,13	139.434,51				
Receitas Correntes a Classificar		3.903,28	37.750,35				
Outras Receitas Correntes		41.437.238,09	26.739.306,84				
Rec. Corr. entre Órgãos do OFSS		9.295.052,50	8.403.340,06				
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		790.922.786,64	666.150.267,15				
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	2.2.1.2	427.006.439,16	412.295.418,87	Investimentos	2.2.2.1	7.556.679,05	11.991.696,10
Alienação de Bens	2.2.1.3	1.664.008,53	488.979,50	Inversões Financeiras		21.005.395,27	19.844.189,72
Amortiz. de Emprést./Financ.		31.846.240,47	18.625.874,55	Amortiz./Refinanciam. da Dívida		454.928.517,52	449.535.622,67
Outras Transferências de Capital		89.576,69	88.192,91	Desp. entre Órgãos do Orç.		637.391,01	502.438,17
Outras Receitas de Capital		47.170.845,11	42.239.439,66	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		484.127.982,86	481.873.946,65
Rec. de Cap. entre Órgãos do OFSS		813.432,11	94.972,15				
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		508.590.542,07	473.832.877,62				
DEDUÇÕES DA RECEITA	2.2.1.4	(37.581.943,36)	(18.104.046,25)	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		0,01	0,01
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.2.1.5	0,00	0,00				
MUTAÇÕES ATIVAS				MUTAÇÕES PASSIVAS			
Incorporação de Ativos		51.449.551,37	38.770.228,33	Desincorporação de Ativos	2.2.2.2	66.771.375,61	49.638.303,53
Desincorporação de Passivos		560.624.282,15	551.493.082,24	Incorporação de Passivos	2.2.2.3	431.249.996,36	418.503.898,65
TOTAL DAS MUTAÇÕES		612.073.833,52	590.263.310,57	TOTAL DAS MUTAÇÕES		498.021.371,96	468.142.202,19
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO		4.480.660.650,10	1.060.967.808,68	RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO		4.419.125.758,68	1.209.432.114,55
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		3.157.945,26	836.555,43	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		4.359.385,18	2.894.543,32
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.2.1.5	-	0,53	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		0,04	0,02
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS				DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Incorporação de Ativos	2.2.1.6	3.174.287.263,77	607.750.721,59	Desincorporação de Ativos	2.2.2.4	2.754.980.715,52	420.735.273,88
Ajustes de Bens, Valores e Créd.	2.2.1.7	113.939.453,34	99.588.854,53	Ajustes de Bens, Valores e Créd.	2.2.2.5	20.868.695,62	9.620.287,59
Desincorporação de Passivos	2.2.1.6	528.678.372,58	149.395.560,91	Incorporação de Passivos	2.2.2.4	783.371.443,27	384.750.428,36
Ajustes de Obrigações	2.2.1.8	55.301.394,41	75.973.494,61	Ajustes de Obrigações	2.2.2.6	280.726.770,27	255.318.784,22
Valorizações Diversas		-	-	Outros Ajustes a classificar		-	-
Ajustes Montetários do Balanço		103.197,15	2.899,48	Ajustes Montetários do Balanço		39.380,01	234.738,54
Resultado da Equivalência Patr.		44.727.792,92	10.688.430,17	Resultado da Equivalência Patr.		4.571.921,12	14.805.486,02
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.2.1.6	560.465.230,67	116.731.291,43	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.2.2.4	570.207.447,63	121.072.572,61
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS		4.477.502.704,84	1.060.131.252,72	TOTAL DOS DECRÉSCIMOS		4.414.766.373,46	1.206.537.571,22
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit		-	23.985.151,85	Superávit		246.715.780,86	-
RESULTADO PATRIMONIAL		-	23.985.151,85	RESULTADO PATRIMONIAL		246.715.780,86	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS		6.354.665.868,97	2.797.095.369,63	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS		6.354.665.868,97	2.797.095.369,63

2. Notas Explicativas

2.1. Balanço Patrimonial

2.1.1 Ativo

2.1.1.1 ATIVO FINANCEIRO – CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

No início do exercício de 2011, o item “Créditos em Circulação” teve uma redução de quase R\$8 bilhões de reais em função do seguinte procedimento:

- 1) Ao longo do exercício, os recursos que são arrecadados entram em uma conta constante do item “Valores Pendentes a Curto Prazo”, do “Passivo Financeiro”, que normalmente apresenta saldo invertido durante o exercício – Isso ocorre devido à operacionalização da rotina de arrecadação, em que o registro da classificação da receita, que reduz o valor da conta, geralmente é executado antes da entrada efetiva do financeiro, momento em que ocorre o aumento do valor dessa conta;
- 2) Em 31 de dezembro, o saldo do item “Valores Pendentes a Curto Prazo” é transferido para o item “Créditos em Circulação” do “Ativo” – Essa transferência é necessária porque o saldo negativo do item “Valores Pendentes a Curto Prazo” representa recursos arrecadados pela União, ou seja, um ativo, e deve ser corretamente evidenciado nas demonstrações contábeis;
- 3) Em janeiro do exercício seguinte, executa-se uma operação inversa, que devolve para “Valores Pendentes a Curto Prazo” o valor transferido para “Créditos em Circulação” – Isso permite que a contabilização executada ao longo do exercício não seja prejudicada pela transferência executada no final do exercício para fins de demonstração.

Para maiores esclarecimentos, vide nota do item 2.1.2.3.

Além da diferença comentada acima, o item “Créditos em Circulação” sofreu variação em função do item “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, onde figuram os recursos que rotineiramente são liberados pelo Tesouro e utilizados pelas unidades operacionais para execução financeira e orçamentária.

No Balanço Geral da União – BGU anual, o item “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” e o item “Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento” serão incluídos no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União, o que deverá reduzir a influência desses itens no “Ativo” e no “Passivo”, respectivamente. Porém, uma vez executadas essas inclusões, poderá restar ainda alguma diferença, devido ao fato de que entidades não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS possuem rotinas específicas que impactam apenas um dos itens dentro do OFSS.

2.1.1.2 ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A CURTO PRAZO – CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

A partir de maio de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) passou a reconhecer os créditos tributários efetivamente devidos, registrando-os nos sistemas internos da SRFB, em atendimento ao artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescido pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Desde então, periodicamente, os novos créditos registrados nos sistemas da SRFB são contabilizados no SIAFI.

No exercício de 2011, o reconhecimento dos créditos tributários no “Realizável a Curto Prazo” atingiu aproximadamente R\$144 bilhões no 2º trimestre, o que explicava a relevante variação do item “Créditos em Circulação” até aquele trimestre. Esse reconhecimento sofreu um decréscimo ao longo do 3º trimestre, apresentando, no entanto, uma variação ainda significativa de cerca de R\$30 bilhões em relação a dezembro de 2010.

Dentre outros fatores que influenciaram a variação do item “Créditos em Circulação” em relação ao exercício de 2010, estão um decréscimo de aproximadamente R\$12 bilhões no item “Empréstimos e Financiamentos” e um aumento significativo de quase R\$90 bilhões no item “Outros Créditos em Circulação”, ocorrido basicamente em função do registro do resultado positivo do custo das reservas do Banco Central, referente ao período de julho a setembro de 2011.

2.1.1.3 ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A CURTO PRAZO – VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

O item “Valores Pendentes a Curto Prazo” do “Ativo Não Financeiro”, no exercício de 2011, foi alocado para o item “Realizável a Curto Prazo”, para melhor evidênciação da informação contábil. Até 2010, o item “Valores Pendentes a Curto Prazo” do “Ativo Não Financeiro” encontrava-se no mesmo nível que o item “Realizável a Curto Prazo”.

2.1.1.4 ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Esse item sofreu mudanças em 2011, tendo sido criado três novos subitens: “Dívida Ativa”, “Provisão para Dívida Ativa”, e “Crédito Tributário a Receber”. Esses subitens estavam agregados em “Créditos da União, Estados e Municípios”, mas, devido à sua natureza e ao montante que representam, passaram a ser evidenciados em itens próprios.

Creditos realizáveis a longo prazo	R\$ milhares		Variação sobre 2010 (a)/(b) %
	Posição até		
	30/09/2011 (a)	31/12/2010 (b)	
Creditos da uniao, estados e municipios	26.865.051,04	1.025.021.698,92	-97%
Devedores - entidades e agentes	609.639,34	570.490,03	7%
Emprestimos e financiamentos	1.046.716.946,26	960.687.276,56	9%
Creditos a receber	13.270.916,56	13.227.164,39	0%
Provisao para perdas provaveis	-7.925.394,16	-7.291.812,71	9%
Provisao para devedores duvidosos - lp	-99.283.452,63	-99.310.659,68	0%
Investimentos	14.316.697,74	18.763.738,98	-24%
Divida ativa (lp)	1.073.331.846,65	0	–
Provisao para divida ativa (lp)	-561.713.391,75	0	–
Credito tributario a receber (lp)	643.067.860,72	0	–
TOTAL	2.149.256.719,78	1.911.667.896,50	12%

No período de dezembro de 2010 a setembro de 2011, houve aumento da ordem de R\$237,6 bilhões nos “Créditos Realizáveis a Longo Prazo”. Desse montante, cerca de 71% foi decorrente do incremento no item “Dívida Ativa”, conforme quadro a seguir:

Dívida Ativa	Posição até		R\$ milhares
	30/09/2011 (a)	31/12/2010 (b)	Varição sobre 2010 (a)/(b) %
	Créditos Inscritos/Em Processo de Inscrição	1.073.331.846,65	903.999.516,77
Provisão para Perdas	-561.713.391,75	-561.412.891,22	0%
TOTAL	511.618.454,91	342.586.625,55	49%

Desse incremento na dívida ativa, a maior parte foi devido aos créditos tributários não previdenciários, que apresentaram um aumento de aproximadamente R\$151,6 bilhões.

Cabe também destacar o aumento no ativo “Empréstimos e financiamentos” da ordem de R\$86 bilhões, no período analisado. Isto se deveu, em grande parte, às operações financeiras do Tesouro Nacional, em contratos de refinanciamento junto ao BNDES.

Neste período, o Tesouro Nacional emitiu R\$35 bilhões em operações com o BNDES, referentes aos contratos de refinanciamento nº619 e nº652/PGFN/CAF, com base na Lei nº12.397, de 23/03/2011 e Lei nº12.453, de 21/07/2011, respectivamente. Essas operações foram realizadas em março e junho de 2011.

2.1.1.5 ATIVO NÃO FINANCEIRO – PERMANENTE – INVESTIMENTOS

A variação encontrada, da ordem de 43 bilhões, decorre, em grande parte, do ganho com equivalência patrimonial em duas empresas: Banco do Brasil e BNDES. O ganho obtido com o primeiro foi de aproximadamente 9 bilhões e, com o segundo, 31 bilhões, sendo esse ganho, basicamente, devido aos ajustes de variação patrimonial dos ativos da BNDESPAR, empresa coligada ao BNDES.

Em maio de 2011, o Tesouro Nacional concretizou a transferência de ações da Petrobrás e Eletrobrás para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e para a Caixa Econômica Federal – CEF, com vistas ao aumento do capital dessas entidades e consequente aumento de sua participação nesses bancos, conforme previsto no Decreto nº7.439, de 16 de fevereiro de 2011. Tais transferências de ações, embora não impactem o saldo do item Investimentos, pois se caracterizam como permuta de um investimento por outro, merecem destaque em função da movimentação de valores da ordem de R\$8,6 bilhões de reais, distribuídos da seguinte forma:

- a) Cerca de R\$6,4 bilhões em ações da Petrobrás investidos no BNDES;
- b) Cerca de R\$2 bilhões em ações da Petrobrás investidos na CEF; e
- c) Cerca de R\$200 milhões em ações da Eletrobrás investidos na CEF.

2.1.2 Passivo

2.1.2.1 PASSIVO FINANCEIRO – DEPÓSITOS

Até o terceiro trimestre de 2011, o item “Depósitos” teve um crescimento de 54% (cerca de R\$9,8 bilhões), basicamente em função do acréscimo ocorrido no item “Depósitos de Diversas Origens”, em uma conta relativa ao parcelamento de débitos tributários; instituído pela Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009.

Além disso, no item “Consignações”, que apresentou um aumento de quase 200% (cerca de R\$69 milhões), destaca-se o acréscimo referente à “Retenção para Recolhimento às Entidades de Planos de Previdência e Assistência” e à “Retenção de Tributos Estaduais e Municipais (ISS/IRRF-GDF/PSSS-GDF)”.

2.1.2.2 PASSIVO FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Até setembro de 2011, o item “Obrigações em Circulação” do “Passivo Financeiro”, teve uma redução significativa de aproximadamente R\$64,1 bilhões. Tal redução ocorreu, principalmente, devido ao pagamento de “restos a pagar”, principalmente não-processados.

O valor em 31/12/10 é normalmente maior porque, no final do ano, ocorre a inscrição de saldos em restos a pagar, com base no saldo de empenhos a liquidar. Em contrapartida, o saldo diminui ao longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

2.1.2.3 PASSIVO FINANCEIRO – VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

O item “Valores Pendentes a Curto Prazo” tem o seu montante composto por dois itens que evidenciam a receita bruta e o recolhimento bruto.

Tanto a receita bruta quanto o recolhimento bruto são itens que evidenciam o financeiro recolhido, porém ainda não classificado. Dessa maneira, o valor do item aumenta quando há maior quantidade de financeiro sem classificação e vai diminuindo conforme esse montante é classificado. A diferença entre os dois itens está no fato de a receita bruta evidenciar o montante recolhido por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e o recolhimento bruto evidenciar o montante recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Esse item está com o saldo invertido, porque, algumas vezes, no caso de recolhimento por meio de DARF, devido a questões operacionais, a informação da classificação do financeiro (que causa um débito na conta) é enviada antes da própria informação de entrada do financeiro (que causa o respectivo crédito na conta).

Para maiores esclarecimentos, vide nota do item 2.1.1.1.

2.1.2.4 PASSIVO NÃO FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

A diferença a maior encontrada no item “Obrigações em Circulação” deve-se, em parte, à transferência do longo para o curto prazo, de obrigações contraídas por meio de operações de crédito. Essa variação positiva em relação ao exercício de 2010, que atingiu cerca de

R\$237 bilhões no 1º trimestre, vem diminuindo ao longo do restante do ano, em função dos pagamentos efetuados, e encerrou o 3º trimestre em pouco mais de R\$40 bilhões maior que o exercício de 2010.

A análise das “Obrigações em Circulação” em conjunto com o próximo item, “Exigível a Longo Prazo”, nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

Um segundo fator que influenciou a variação das “Obrigações em Circulação” foi o aumento de pouco mais de R\$40 bilhões no item “Outros Credores - Entidades e Agentes”, ocorrido basicamente em função do registro do resultado negativo do custo das reservas do Banco Central, referente ao período de janeiro a junho de 2011, conforme planilha BACEN e informação da GEROR/CODIV.

Por último, a retificação de RP não processados a liquidar vem diminuindo ao longo do exercício, o que representou um valor positivo de aproximadamente R\$59 bilhões em relação a 2010. Isso ocorre em função do seguinte procedimento:

- No final do exercício, a inscrição de “RP Não Processados a Liquidar” gera um “Passivo Financeiro” para a União, afetando o cálculo do superávit financeiro no Balanço Patrimonial;
- Nesse mesmo momento, para compensar o lançamento anterior, é executado um registro em uma conta retificadora do “Passivo Não Financeiro”, para que o “Passivo” como um todo não seja afetado. Isso é necessário porque esses restos a pagar são despesas que ainda não passaram pela fase do reconhecimento do direito do credor, que ocorre quando da prestação do serviço ou entrega do bem conforme contratado.
- Ao longo do exercício seguinte, a conta que representa os “RP Não Processados a Liquidar” vai sendo baixada em função da liquidação ou cancelamento desses restos a pagar, o que provoca a diminuição da conta retificadora correspondente no “Passivo Não Financeiro”.

Para melhor entendimento, segue abaixo a tabela com a composição das “Obrigações em Circulação”, do “Passivo Não Financeiro”.

Obrigações em Circulação	Posição até				R\$ milhares		
					Variação sobre 2010 por trimestre %		
	30/09/2011 (a)	30/06/2011 (b)	31/03/2011 (c)	31/12/2010 (d)	3º (a)/(d)	2º (b)/(d)	1º (c)/(d)
Operações de Crédito	593.365.415,89	735.247.945,95	790.651.308,76	553.023.613,14	7%	33%	43%
Outros Credores - Entidades e Agentes	93.948.659,84	94.570.631,37	68.708.679,97	51.554.575,53	82%	83%	33%
Retificação de RP Não Proc. a Liquidar	-43.990.010,59	-53.680.701,23	-74.979.245,86	-103.282.259,89	-57%	-48%	-27%
Outros	92.237.738,14	78.896.569,55	84.494.356,21	83.386.042,47	11%	-5%	1%
TOTAL	735.561.803,28	855.034.445,65	868.875.099,08	584.681.971,25	26%	46%	49%

2.1.2.5 PASSIVO NÃO FINANCEIRO – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Ao longo dos primeiros meses do ano, são executados vários lançamentos que transferem valores de obrigações de longo para curto prazo, de acordo com as especificidades de cada contrato, o que justifica quase a totalidade da diferença entre o saldo do “Exigível a Longo Prazo” em dezembro de 2010 e o saldo do primeiro trimestre de 2011.

No 2º e 3º trimestres, ocorrem aumentos significativos no “Exigível a Longo Prazo”, de cerca de R\$172 e R\$155 bilhões, respectivamente, que representam novas operações de contratação de operações de crédito, principalmente internas.

Com essas contratações, o valor do “Exigível a Longo Prazo” acabou por ultrapassar o valor de dezembro de 2010, fazendo com que a diferença percentual do total do grupo, que era de 12% negativa no 1º trimestre, passasse para 5% positiva no 3º trimestre.

A análise do “Exigível a Longo Prazo” em conjunto com o item anterior, “Obrigações em Circulação”, nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

Para um melhor entendimento, segue abaixo a tabela com a composição do “Exigível a Longo Prazo”, do “Passivo Não Financeiro”.

Exigível a Longo Prazo	Posição até				R\$ milhares		
	30/09/2011	30/06/2011	31/03/2011	31/12/2010	Variação sobre 2010 por trimestre %		
	(a)	(b)	(c)	(d)	3º (a)/(d)	2º (b)/(d)	1º (c)/(d)
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	2.040.087.426,13	1.885.869.810,24	1.714.487.847,26	1.947.436.516,37	5%	-3%	-12%
Outros	29.198.890,74	28.641.709,83	28.130.365,21	27.644.764,65	6%	4%	2%
TOTAL	2.069.286.316,87	1.914.511.520,07	1.742.618.212,46	1.975.081.281,02	5%	-3%	-12%

2.1.2.6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RESERVAS

A variação encontrada nesse item se deve, em grande parte, ao aumento das “Reservas de Transferências para Aumento de Capital”, relacionada aos adiantamentos para futuros aumentos de capital – AFAC, registrados principalmente nas seguintes empresas:

- Ministério dos Transportes
 - ✓ VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A;
- Ministério das Minas e Energia
 - ✓ Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM);
- Ministério das Cidades
 - ✓ Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre;
 - ✓ Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 - ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

2.1.2.7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RESULTADO DO PERÍODO

O valor da linha “Resultado do Período” corresponde à apuração feita na DVP. Em dezembro de 2010, aparece zerada, pois esse saldo é transferido para as reservas e para a linha “Patrimônio” no encerramento do exercício.

Da diferença verificada no “Patrimônio Líquido” no 3º trimestre, cerca de R\$247 bilhões é resultante, basicamente, do item “Resultado do Período”, o que representa a maior alteração quantitativa no Patrimônio Líquido.

2.1.2.8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O valor de R\$4,2 bilhões apresentado no item “Ajuste de Exercícios Anteriores” corresponde principalmente a registros referentes a mudanças de critérios contábeis, tais como o reconhecimento de créditos tributários, o registro da provisão relacionada a esses créditos e o início da contabilização da depreciação, que envolve a reavaliação de bens. A conta contábil que compõe esse item foi criada em 2010, ano em que se iniciaram essas mudanças, porém, em dezembro de 2010, aparece zerada, pois esse saldo é transferido para a linha “Patrimônio” no encerramento do exercício.

2.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

2.2.1 Variações Ativas

2.2.1.1 RECEITAS CORRENTES

O aumento total da arrecadação das receitas correntes em relação a setembro de 2010 foi da ordem de R\$125 bilhões. Destes, cerca de R\$118 bilhões se referem ao aumento na arrecadação de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e de outras receitas recolhidas por Darf ou GPS, porém administradas por outros órgãos.

Dos R\$ 118 bilhões citados no parágrafo anterior, R\$116 bilhões referem-se ao aumento na arrecadação das receitas administradas pela RFB, com destaque para as receitas tributárias e de contribuições, e, segundo a própria Receita Federal¹, decorreu, fundamentalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

- Comportamento dos principais indicadores macroeconômicos, conforme tabela a seguir:

Variação dos Indicadores em Relação ao Ano Anterior	Fato Gerador da Arrecadação	
	<u>Ago 2011</u> <u>Ago 2010</u>	<u>Dez 2010 a Ago 2011</u> <u>Dez 2009 a Ago 2010</u>
Produção Industrial (PIM/IBGE)	1,83%	1,40%
Volume Geral de Vendas (PMC/IBGE)	8,80%	12,24%
Massa Salarial	14,89%	15,84%
Variação do Valor em Dólar das Importações	26,27%	28,12%

- Consolidação e antecipação de parcelas no período de junho a agosto de débitos parcelados em conformidade com a Lei 11.941/2009, tendo sido recolhido um valor de R\$ 12,9 bilhões, de junho a setembro de 2011;
- Recolhimento relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamentos na esfera judicial;
- Encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril de 2010.

2.2.1.2 RECEITAS DE CAPITAL – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A variação de aproximadamente R\$15 bilhões de reais encontrada no item “Receitas de Capital – Operações de Crédito” se deve, principalmente, ao aumento com a receita de emissão de títulos para refinanciamento da dívida pública no mercado interno, no valor de pouco mais de R\$17 bilhões.

Para se entender melhor o que será explicado, é necessário conhecer alguns pontos acerca do procedimento de refinanciamento da dívida:

¹ Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2011/Analisemensalset11.pdf>

- a) Visando o pagamento de suas dívidas, o Tesouro Nacional, para arrecadar recursos, efetua uma “operação de crédito”: emite e vende títulos públicos no mercado;
- b) Esses títulos podem ser emitidos para se pagar o principal da dívida, os juros da dívida ou para pagar o resultado negativo do Banco Central do Brasil (BACEN);
- c) Os recursos arrecadados por meio dessas operações de crédito serão mantidos no “Caixa”, na Conta Única da União, para fazer face aos futuros pagamentos da dívida, compondo uma reserva financeira comumente conhecida por “Colchão da Dívida”;
- d) O “Colchão da Dívida” aumenta quando recursos são arrecadados e diminui quando dívidas são pagas. Nesse processo, é comum que recursos que não foram utilizados para pagamento ao longo do ano formem um superávit financeiro ao final do exercício. Tal superávit constituirá o colchão inicial do exercício seguinte;
- e) A “receita para refinanciamento” é a receita obtida por meio dessas operações de crédito (venda de títulos no mercado), para pagar a própria dívida. Por isso, o nome refinanciamento. O pagamento da dívida pode ocorrer em um momento futuro ou no mesmo momento da obtenção da receita, em uma operação casada;
- f) Apesar de vinculada ao pagamento da dívida pública, a “receita para refinanciamento” não evidencia a despesa efetiva com o pagamento da dívida, porque os recursos para pagamento saem do “Colchão da Dívida”, que contém, além das receitas arrecadas no exercício, o superávit do exercício anterior.

Até junho de 2011, as operações de crédito internas apresentaram uma variação positiva, em relação a 2010, da ordem de R\$51 bilhões, principalmente em função de duas outras variações, uma que diminuiu a receita para refinanciamento em aproximadamente R\$53 bilhões e outra que aumentou essa mesma receita em aproximadamente R\$105 bilhões, conforme explicado a seguir:

- a) No exercício de 2010, até junho, houve a necessidade de emissão de títulos, da ordem de R\$55 bilhões de reais, para pagamento do resultado negativo do BACEN, contra cerca de R\$2 bilhões até junho 2011, o que gerou uma receita de operações de crédito maior em 2010 (cerca de R\$53 bilhões) para essa finalidade;
- b) Por outro lado, a NTN-B, um tipo de título público, tem com regra, se ano ímpar, vencimento em 15 de maio; se ano par, vencimento em 15 de agosto. Dessa forma, no exercício de 2011, o vencimento das NTN-B foi em maio, enquanto que, no exercício de 2010, tal vencimento ocorreu somente em agosto. Com isso, em maio de 2011, houve a necessidade de emissão de títulos para pagamento das NTN-B que estavam vencendo, fato que não ocorreu em maio de 2010. Assim, explica-se, até junho de 2011, uma receita de operações de crédito cerca de 105 bilhões maior que no mesmo período de 2010.

De julho a setembro, a receita com emissão de títulos foi cerca de R\$34 bilhões maior em 2010 do que em 2011, causada principalmente pelo vencimento das NTN-B em agosto daquele ano, o que contribuiu significativamente para a redução da diferença nas operações de crédito internas, de R\$51 para R\$17 bilhões, conforme demonstrado no quadro abaixo.

R\$ milhares

Emissões de Títulos por Finalidade	Posição até Setembro			Posição até Junho		
	2011 (a)	2010 (b)	(a) – (b)	2011 (c)	2010 (d)	(c) – (d)
Transferência para a Conta Única	421.287.631,72	350.354.814,13	70.932.817,58	297.240.050,56	192.678.062,29	104.561.988,27
Resultado negativo do BACEN	2.004.478,71	55.333.741,12	-53.329.262,41	2.004.478,71	55.333.741,12	-53.329.262,41
Outras Finalidades	671.663,79	1.085.919,43	-414.255,64	334.349,02	618.745,50	-284.396,48
TOTAL	423.963.774,22	406.774.474,68	17.189.299,53	299.578.878,28	248.630.548,91	50.948.329,38

Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda para operações no mercado interno

2.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE BENS

As receitas com alienação de bens cresceram aproximadamente 240% em relação ao mesmo período de 2010, e teve como origem principal a venda de estoques reguladores e estoques estratégicos de produtos agrícolas, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Outra importante parcela da receita com alienação de bens, cerca de R\$287 milhões, está relacionada ao retorno de recursos que foram destinados às seguintes atividades de fomento da agricultura: o programa “Aquisições do Governo Federal” – AGF e despesas de equalização.

O programa “Aquisições do Governo Federal” – AGF é o instrumento utilizado pela Conab para execução das políticas públicas para o abastecimento alimentar no país, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e tem como objetivo equilibrar a renda do produtor rural, do agricultor familiar e de suas cooperativas, frente à oscilação do preço no mercado. Na prática, significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regularização do mercado consumidor.

Equalização de taxas de juros e de preços é uma modalidade de subvenção econômica, que tem como característica peculiar o fato de terem encargos financeiros diferenciados, menores que os praticados pelo mercado, e é utilizada pelo Tesouro Nacional, por meio das instituições financeiras, para realizar financiamentos voltados para o fomento das atividades agropecuárias.

2.2.1.4 DEDUÇÕES DA RECEITA

Até o terceiro trimestre de 2011, as “Deduções da Receita” sofreram um acréscimo de 108% em relação ao mesmo período de 2010. A evolução do seu saldo está associada principalmente aos seguintes fatos:

- No Ministério das Cidades, “Descontos Concedidos” e “Restituições” relativos a multas previstas na legislação de trânsito;
- Na Presidência da República, “Outras Deduções” referentes à receita com ônus de sucumbência;
- No Ministério da Fazenda, “Descontos Concedidos”, “Outras Deduções” e “Restituições”, referentes à amortização de empréstimos e restituição de impostos.

2.2.1.5 INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS

O valor das interferências ativas e passivas deve ser bem próximo de zero, já que estas devem se anular na consolidação, restando, durante o ano, apenas um pequeno saldo (da

ordem de centavos) decorrente de variação cambial. O valor desses itens, em dezembro, deve ser necessariamente igual a zero e o item deve ser retirado da demonstração.

Os valores das “Interferências Ativas” orçamentárias e extraorçamentárias apresentados ao longo do primeiro semestre representaram erros operacionais que foram corrigidos no decorrer do exercício.

2.2.1.6 ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – INCORPORAÇÕES DE ATIVOS, DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Uma grande parte da diferença existente nesses itens, entre os valores de 2011 e 2010, da ordem de R\$415 bilhões, é devido a um problema ocorrido em uma rotina contábil específica do encerramento do exercício. Abaixo, segue, em destaque, a explicação técnica acerca da ocorrência que gerou a diferença.

“Essa diferença de R\$415 bilhões, entre valores de 2011 e 2010, é devido à regularização de inscrição de recursos diferidos do exercício anterior. A regularização foi necessária, porque, em 2010, na ocasião do encerramento do exercício, não foi efetuada a conciliação da conta de disponibilidades em uma das unidades, restando, por um lado, um saldo de “Recursos a Receber” em fonte sem detalhamento e, por outro, um saldo de “Diferido” em fonte com detalhamento. Assim, em 2011, foi necessária a regularização desse saldo, o que impactou as contas de variação em exercícios anteriores, tanto em acréscimos quanto em decréscimos patrimoniais, uma vez que a diferença havia se dado na unidade gestora e em sua setorial financeira.

Operacionalmente, essa diferença ocorre devido a uma peculiaridade das rotinas da Coordenação Geral de Programação Financeira – COFIN Executora, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Como exemplo, tem-se a fonte “0101 – Fonte sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados”. No momento do empenho para transferência a estados e municípios, utiliza-se a fonte não detalhada (Fonte 0101000000). Porém, anteriormente ao momento da liberação dos recursos financeiros a título de FPE e FPM, a mesma fonte é detalhada para melhor identificação dos recursos. Na ocasião do encerramento do exercício, na apuração de diferido ou recursos a receber, quando não há a conciliação prévia da disponibilidade por fonte de recursos, o sistema encontra o valor diferido de um lado (nesse caso, na fonte detalhada) e recursos a receber de outro (na fonte não detalhada). A COFIN Executora efetuou, em março, o ajuste desses valores, utilizando eventos no SIAFI para a baixa dos valores diferidos registrados no exercício anterior e baixa de recursos de limite de Restos a Pagar.

*O primeiro lançamento feito para baixar o valor de recursos a receber da fonte não detalhada afetou, na setorial financeira, as contas 523313500 - BAIXA DE RECURSOS A LIBERAR POR RETIFICAÇÃO e 623314100 - RECURSOS A LIBERAR BAIXADOS, gerando impacto na DVP nas linhas “Incorporação de Passivos” (devido ao crédito na conta 212162400 - * RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA) e Desincorporação de Passivos (devido ao débito da conta*

212161200 - RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP). Afetou também, na COFIN Executora, as contas 523170103 - RECURSOS DE LIMITE A RECEBER DE RP BAIXADOS e 623170113 - BAIXA DE RECURSOS A RECEBER POR RETIFICAÇÃO, impactando as linhas “Desincorporação de Ativos” (devido ao crédito na conta 112161200 - RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP) e “Incorporação de Ativos” (devido ao débito na conta 112162400 - * RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA).

O segundo lançamento, feito para ajustar a fonte detalhada afetou, na setorial financeira, a conta 523810200 - AJUSTES FINANCEIROS, impactando a linha “Ajustes de Exercícios Anteriores” no lado das “Variações Passivas”, e a conta 623810200 - AJUSTES FINANCEIROS na COFIN Executora, impactando a linha “Ajustes de Exercícios Anteriores” no lado das “Variações Ativas”. As contrapartidas dessas contas são as contas 512150300 e 612150300 - SUB-REPASSE DIFERIDO, que, apesar de serem contas de variação, não aparecem na DVP consolidada devido à exclusão do grupo 512 X 612 – Interferências.

Após o referido acerto, a COFIN Executora vem envidando esforços para efetuar a conciliação periodicamente, de forma a evitar que a apuração do diferido e recursos a receber no encerramento do exercício seja feita indevidamente.”

A diferença restante existente no item “Incorporações de Ativos” é, basicamente, devido à incorporação de novos créditos tributários pela Receita Federal do Brasil, com destaque para aqueles referentes a “Créditos de Contribuições” e “Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” (ver nota 2.1.1.2).

2.2.1.7 ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE BENS, VALORES E CRÉDITOS

O item “Ajuste de bens, Valores e Créditos” apresentou, de janeiro a setembro de 2011, em relação ao mesmo período do ano passado, uma variação de 14% (cerca de R\$14,4 bilhões), e dois de seus subitens apresentaram variações percentuais relevantes, conforme tabela abaixo.

Ajustes de Bens, Valores e Créditos	R\$ milhares			
	Posição até		Variação sobre 2010	
	30/09/2011 (a)	30/09/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Reavaliações de Bens	8.768.778,45	3.984.364,59	4.784.413,86	120%
Reavaliações de Títulos e Valores	4.000.923,08	5.323.142,77	-1.322.219,69	-25%
Ajustes de Créditos	100.506.606,51	89.836.060,91	10.670.545,60	12%
Outros	663.145,31	445.286,26	217.859,05	49%
TOTAL	113.939.453,35	99.588.854,53	14.350.598,82	14%

a) Reavaliação de Bens

O item “Reavaliação de Bens” apresentou uma variação de 120% (cerca de R\$4,8 bilhões) em relação a igual período de 2010, devido, basicamente, a uma reavaliação de imóveis realizada por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) na Universidade Federal de Goiás. Porém, esse valor era indevido, e, como no SPIUnet não é possível a realização de

estorno, foi efetuado um lançamento compensatório no lado das “Variações Passivas” (vide nota 2.2.2.5).

b) Outros Ajustes de Bens, Valores e Créditos

O item “Outros Ajustes de Bens, Valores e Créditos” apresentou uma variação de 49% (cerca de R\$218 milhões) em relação a igual período de 2010, decorrente de rotina relacionada a compras centralizadas do Ministério da Defesa para distribuição entre as suas UG de diversos materiais como veículos, capacetes de combate, colete balístico e outros materiais para estoque interno e de distribuição.

2.2.1.8 ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE OBRIGAÇÕES

De modo geral, o ajuste de obrigações decorre principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, o ajuste de obrigações que consta das “Variações Ativas” representa a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de uma redução na dívida pública, redução esta decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Ativas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve redução de R\$20,7 bilhões ao se comparar setembro de 2011 com setembro de 2010, e essa redução está evidenciada principalmente na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda, conforme demonstrado abaixo:

Variação Ativa das Obrigações ¹	R\$ milhares			
	Posição até		Variação sobre 2010	
	30/09/2011 (a)	30/09/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Obrigações Internas	48.332.281,68	60.159.856,95	(11.827.575,27)	-20%
Atualização Monetária	10.090.699,97	1.255.141,91	8.835.558,06	704%
Juros e Encargos	38.241.581,71	58.904.715,04	(20.663.133,33)	-35%
Obrigações Externas	5.841.811,91	15.479.119,21	(9.637.307,30)	-62%
Variação Cambial	5.841.811,91	15.479.119,21	(9.637.307,30)	-62%
Total	54.174.093,58	75.638.976,16	(21.464.882,58)	-28%

1 - Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda

Do quadro acima, infere-se o seguinte:

- Aumento de R\$8,8 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, um aumento na desvalorização monetária da dívida;
- Redução de R\$20,7 bilhões nos ajustes negativos dos encargos da dívida interna. Tais ajustes diminuem a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;
- Redução de R\$9,6 bilhões na variação cambial negativa da dívida, ou seja, a dívida diminuiu menos em 2011 por efeito da variação cambial do que em 2010.

2.2.2 Variações Passivas

2.2.2.1 DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS

De R\$4,4 bilhões investidos a menos até o 3º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010, os fatos mais significativos, por ministério e principais entidades afetadas, sob o ponto de vista da diminuição no volume de investimentos, foram os seguintes:

1. Ministério da Integração Nacional
 - Redução de R\$378 milhões em transferências aos estados e DF;
 - Redução de R\$492 milhões em transferências aos municípios;
 - Redução da ordem de R\$149 milhões em obras e instalações.
- ✓ Secretaria Nacional de Defesa Civil – Sedec
 - Redução de R\$476 milhões em transferências aos estados e DF;
 - Redução de R\$442 milhões em transferências aos municípios.

2. Ministério da Defesa
 - Redução de R\$731 milhões em serviços de terceiros (pessoa jurídica);
 - Redução de R\$386 milhões em equipamento e material permanente;
 - Aumento de R\$222 milhões em material de consumo.
- ✓ Comando da Marinha
 - Redução de R\$736 milhões em serviços de terceiros (pessoa jurídica);
 - Redução de R\$317 milhões em equipamento e material permanente;
 - Aumento de R\$224 milhões em material de consumo.

3. Ministério das Cidades
 - Redução de R\$584 milhões em transferências aos estados e DF;
 - Redução de R\$205 milhões em transferências aos municípios;
 - Redução de R\$112 milhões em obras e instalações.
- ✓ Caixa Econômica Federal – Programas Sociais
 - Redução de R\$590 milhões em transferências aos estados e DF;
 - Redução de R\$212 milhões em transferências aos municípios;

4. Ministério dos Transportes
 - Redução de R\$389 milhões em transferências aos estados e DF;
 - Redução de R\$1,1 bilhão em obras e instalações;
 - Aumento de R\$691 milhões em serviços de terceiros (pessoa jurídica).
- ✓ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT
 - Redução de R\$826 milhões em obras e instalações;
 - Aumento de R\$689 milhões em serviços de terceiros (pessoa jurídica).
- ✓ Empresa pública VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
 - Redução de R\$273 milhões em obras e instalações.

2.2.2.2 MUTAÇÕES PASSIVAS – DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS

O item “Desincorporação de Ativos” teve uma valorização de 35% (cerca de R\$17 bilhões) na comparação entre setembro de 2010 e setembro de 2011. Dentre os itens que o

compõem no demonstrativo, o item “Liquidação de Créditos” foi o responsável pela quase totalidade dessa diferença: R\$15 bilhões.

No detalhamento do item “Liquidação de Créditos”, verifica-se grande ocorrência de movimentação financeira na conta de “Empréstimos e Financiamentos”.

2.2.2.3 MUTAÇÕES PASSIVAS – INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS

A variação maior de 2011 em relação a 2010, de aproximadamente R\$12,7 bilhões, ocorreu principalmente no Ministério da Fazenda e se refere a:

- a) Maiores emissões de títulos no mercado interno no valor de R\$17,9 bilhões
- b) Menores emissões de títulos no mercado externo no valor de R\$3,8 bilhões
- c) Menores contratações de dívidas no mercado externo no valor de R\$1,5 bilhões

2.2.2.4 DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS, INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As diferenças existentes no valor desses itens, entre setembro de 2010 e setembro de 2011, encontram-se explicitadas na nota 2.2.1.6.

2.2.2.5 DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE BENS, VALORES E CRÉDITOS

O item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” encontra-se detalhado na tabela a seguir:

Ajustes de Bens, Valores e Créditos	R\$ milhares			
	Posição até		Variação sobre 2010	
	30/09/2011 (a)	30/09/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Desvalorização de Bens	7.437.316,52	1.354.866,27	6.082.450,25	449%
Desvalorização de Títulos e Valores	6.992.415,61	2.415.158,84	4.577.256,77	190%
Ajustes de Créditos	5.401.739,77	5.330.600,27	71.139,50	1%
Depreciação, Amortização e Exaustão	963.954,01	519.662,20	444.291,81	85%
Outros Ajustes Patrimoniais	73.269,71	-	73.269,71	-
TOTAL	20.868.695,62	9.620.287,58	11.248.408,04	117%

O item desvalorização de bens apresentou variação percentual de 449% até setembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude da desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet, principalmente nos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Educação – Universidade Federal de Goiás, conforme explicado na nota 2.2.1.7, item “a) Reavaliação de Bens”;
- b) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria do Patrimônio da União;
- c) Ministério da Defesa – IV Comando Aéreo Regional da Aeronáutica.

O item de desvalorização de títulos e valores apresentou variação expressiva tendo em vista a atualização de cotas no Fundo Soberano do Brasil (Ministério da Fazenda) e ajustes da provisão da carteira de ações do Fundo de Garantia à Exportação – BNDES.

O item “Depreciação, Amortização e Exaustão”, continua com diferença expressiva em relação a igual período anterior (85%), tendo em vista a continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Federal, com a execução da macrofunção 02.03.30 (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações).

2.2.2.6 DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE OBRIGAÇÕES

De modo geral, o ajuste de obrigações decorre principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, o ajuste de obrigações que consta das “Variações Passivas” representa a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida pública, aumento este decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Passivas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve aumento de R\$25,4 bilhões ao se comparar setembro de 2011 com setembro de 2010, e esse aumento está evidenciado principalmente na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda, conforme demonstrado abaixo:

Variação Passiva das obrigações ¹	R\$ milhares			
	Posição até		Variação sobre 2010	
	30/09/2011 (a)	30/09/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Obrigações Internas	258.537.566,78	233.724.547,59	24.813.019,20	11%
Atualização Monetária	103.451.404,86	154.839.644,05	(51.388.239,19)	-33%
Juros e Encargos	155.086.161,92	78.884.903,54	76.201.258,39	97%
Obrigações Externas	18.660.864,24	19.743.471,19	(1.082.606,95)	-5%
Variação Cambial	12.653.958,72	12.940.226,05	(286.267,33)	-2%
Juros e Encargos	6.006.905,51	6.803.245,14	(796.339,62)	-12%
Total	277.198.431,02	253.468.018,78	23.730.412,24	9%

1 - Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV do Ministério da Fazenda

Do quadro acima, infere-se o seguinte:

- Redução de R\$51,4 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, uma diminuição na valorização monetária da dívida;
- Aumento significativo nos ajustes positivos dos encargos da dívida interna (cerca de R\$76 bilhões, ou 97%). Tais ajustes aumentam a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;
- Redução de R\$286 milhões na variação cambial positiva da dívida externa, ou seja, a dívida aumentou menos em 2011 por efeito da variação cambial do que em 2010.
- Redução de R\$796 milhões nos ajustes positivos dos encargos da dívida externa.